

Barueri, 24 de agosto de 2026

Ao

Banco Central do Brasil - BACEN

Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro - DESIG

Setor Bancário Sul (SBS)

Quadra 3 Bloco B – ED. Sede

Brasília - DF

Cep: 70074-900

Ref.: Carta de Apresentação – Demonstrações Financeiras

Prezados Senhores,

Em atendimento ao disposto na Instrução Normativa BCB nº 236, a **Ótimo Sociedade de Crédito Direto S/A**, vem, pela presente, informar o que segue:

(i) Relação de informações financeiras a que se refere esta remessa: data-base de 30 de junho de 2026, Demonstrações Financeiras da ÓTIMO SCD S/A. Em anexo a este documento, encontram-se:

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas.

(ii) Divulgação

As demonstrações financeiras da Ótimo Sociedade de Crédito Direto S/A, do período base de 30 de junho de 2026, serão divulgadas no sítio da instituição, vide link abaixo:

<https://www.otimoscd.com.br/demonstracoes-financeiras-30-06-2026>

(iii) Termo declaratório da alta administração quanto à responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo: A alta administração da ÓTIMO SCD S/A, neste ato representada pelo Diretor Presidente na forma de seu Estatuto Social, assume, para os devidos fins, a responsabilidade pelas informações contidas nas Demonstrações Financeiras.

Sendo o que nos cabia para o momento, colocamo-nos à disposição para prestar eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Ótimo Sociedade de Crédito Direto S/A

Fernando Bastos de Aguiar
Diretor Presidente

Felisberto Lopes de Oliveira
Contador
CRC: 1SP153630/O-0



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação dos prezados acionistas as demonstrações contábeis da ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2026, comparadas ao mesmo período do ano anterior, e acompanhadas do relatório dos auditores independentes, em cumprimento às normas vigentes.

O primeiro semestre de 2026 foi marcado pela continuidade de um ambiente regulatório mais exigente para as Sociedades de Crédito Direto, que demandou prudência e disciplina na condução dos negócios e no planejamento de capital. Nesse cenário, mantivemos nossa postura criteriosa na gestão de riscos e de capital, preservando a solidez operacional e a geração de valor para todas as partes relacionadas.

No decorrer do semestre, deliberamos pelo aumento do capital social da Sociedade de R\$5.000.000,00 para R\$7.000.000,00, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de junho de 2026. Essa decisão refletiu uma avaliação criteriosa da trajetória de adequação aos novos requisitos de capital mínimo estabelecidos pela Resolução Conjunta BCB/CMN nº 14/2025. Diante desse cenário, seguimos direcionando nossos esforços para o fortalecimento patrimonial da instituição, priorizando uma estrutura de capital aderente ao nosso modelo de negócios e ao perfil de risco que nos orienta.

Em linha com nosso reposicionamento tecnológico, avançamos no desenvolvimento da plataforma de crédito para operar duplicata escritural. Essa iniciativa permitirá à Sociedade atuar na originação e negociação de duplicatas escrituradas junto às registradoras autorizadas (CERC/B3), ampliando o acesso de empresas parceiras a mecanismos de antecipação de recebíveis e consolidando a atuação da Ótimo SCD nesse elo da cadeia de crédito. O período foi dedicado ao amadurecimento responsável e planejado do escopo funcional do produto, sempre observando os mais elevados padrões de conformidade e governança.

Como empresa socialmente responsável, renovamos nosso compromisso em oferecer produtos e serviços pautados pelos princípios de ética, segurança e credibilidade que orientam nossa atuação há anos.



ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em Milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	4	167	43
Ativos Financeiros		7.819	5.999
Ao Valor Justo p/ meio de Outros Result. Abrangentes		7.819	5.999
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	230	179
Títulos e Valores Mobiliários	5	7.589	5.820
Outros Ativos		1	1
Relações Interfinanceiras		1	1
TOTAL ATIVO		7.987	6.043

PASSIVO

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Passivos Financeiros		113	160
Ao Custo Amortizado		113	160
Depósitos	6	113	160
Obrigações Fiscais Correntes	7	11	17
Outros Passivos	8	21	49
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	7.842	5.817
Capital Social		5.000	5.000
Aumento de Capital		2.000	-
Reserva de Lucros		541	358
Outros Resultados Abrangentes		446	459
JCP Pagos Antecipadamente		-145	-
TOTAL PASSIVO		7.987	6.043

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Fernando Bastos de Aguiar
Diretor Presidente

Felisberto Lopes de Oliveira
Contador
CRC: 1SP153630/O-0



ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025
(Em Milhares de Reais)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de Intermediações Financeiras		359	245
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	10	359	245
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		359	245
Outras Receitas Operacionais	11	12	285
Despesas Administrativas	12	-158	-336
Despesas Tributárias		-18	-27
Ajustes Patrimoniais		0	0
Resultado das Receitas e Despesas Operacionais		-164	-78
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		195	168
Imposto de Renda		-8	-9
Contribuição Social		-5	-6
Lucro (Prejuízo) do Semestre e Exercício		182	153

		30/06/2026	30/06/2025
NÚMERO DE AÇÕES		70.000	50.000
LUCRO/PREJUÍZO POR AÇÃO		0,2600	0,7650

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Fernando Bastos de Aguiar
Diretor Presidente

Felisberto Lopes de Oliveira
Contador
CRC: 1SP153630/O-0



ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025
(Em Milhares de Reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro (Prejuízo) Líquido do Semestre	182	153
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-12	70
(+/-) Ajuste de Avaliação Patrimonial	170	223
(+/-) Tributos sobre Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-3
(=) Resultado Abrangente do Período	170	223

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Fernando Bastos de Aguiar
Diretor Presidente

Felisberto Lopes de Oliveira
Contador
CRC: 1SP153630/O-0



ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025
(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Outros Result. Abrangentes	Lucros/Prej. Acum.	TOTAL
Saldo em 31/12/2024	5.000	17	277	259	-	5.553
Reserva Legal	-	3	-	-	-3	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-
JCP Creditado Antecipadamente	-	-	-	-	-100	-100
Ajuste a Valor de Mercado – TVM	-	-	-	70	-	70
Reservas Especiais de Lucros	-	-	50	-	-50	-
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	153	153
Saldo em 30/06/2025	5.000	20	327	329	-	5.676
MUTAÇÕES DO 1º SEMESTRE DE 2025	-	3	50	70	-	123
	Capital Social	Legal	Reservas de Lucros	Outros Result. Abrangentes	Lucros/Prej. Acum.	TOTAL
Saldo em 31/12/2025	5.000	25	333	459	-	5.817
Reserva Legal	-	9	-	-	-9	-
Aumento de Capital	2.000	-	-	-	-	2.000
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-
JCP Creditado Antecipadamente	-	-	-	-	-145	-145
Ajuste a Valor de Mercado – TVM	-	-	-	-12	-	-12
Reservas Especiais de Lucros	-	-	174	-	-174	-
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	183	183
Saldo em 30/06/2026	7.000	34	507	447	-145	7.843
MUTAÇÕES DO 1º SEMESTRE DE 2026	2.000	9	174	- 12	-145	2.026

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Fernando Bastos de Aguiar
Diretor Presidente

Felisberto Lopes de Oliveira
Contador
CRC: 1SP153630/O-0



ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025
(Em Milhares de Reais)

	30/06/2026	30/06/2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Semestre	182	153
Variação nos Ativos e Passivos	137	-310
Aumento/Redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	231	-402
Aumento/Redução de Relações Interfinanceiras	0	63
Aumento/Redução de Operações de Crédito	0	72
Aumento/Redução de Outros Créditos	0	-33
Aumento/Redução em Depósitos	-47	-29
Aumento/Redução de Obrigações Diversas	-34	-51
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-13	70
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	319	-157
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros Sobre o Capital Próprio	-145	-100
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	-145	-100
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	175	-257
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	222	412
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	397	155
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	175	-257

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Fernando Bastos de Aguiar
Diretor Presidente

Felisberto Lopes de Oliveira
Contador
CRC: 1SP153630/O-0



ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ÓTIMO Sociedade de Crédito Direto S.A. tem como principal objetivo realizações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica; análise e cobrança de crédito para terceiros e emissão de moeda eletrônica.

A ÓTIMO Sociedade de Crédito Direto S.A. é uma sociedade anônima regida pelo Estatuto Social e disposições legais aplicáveis, com sede social e foro na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, podendo, por simples decisão da Diretoria, criar ou extinguir dependências ou departamentos no País.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos, estimativas para a determinação de vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos destas estimativas e premissas podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

As demonstrações estão sendo elaboradas e apresentadas em conformidade com a Resolução CMN 4.818/20, que regulamenta e consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras, e a Resolução BCB nº 2/2020, que estabeleceu diretrizes, incluindo divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente, abertura dos saldos no Balanço Patrimonial de provisões, depreciações, amortizações e divulgação de resultados não recorrentes. As contas estão dispostas com base na liquidez e na exigibilidade, e a abertura de segregação entre circulante e não circulante passa a ser divulgada apenas nas respectivas notas explicativas.

Essas demonstrações estão de acordo com a base contábil de continuidade operacional: as demonstrações contábeis da Ótimo Sociedade de Crédito Direto S.A foram elaboradas com base no pressuposto de que a instituição está operando e continuará a operar em futuro previsível. Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a Ótimo Sociedade de Crédito Direto S.A continuar em operação.

A administração da Ótimo Sociedade de Crédito Direto S.A autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis em 10 de agosto de 2026.

Os seguintes normativos entraram em vigor e entrarão em vigor em exercícios futuros:

- A Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.
- Resolução BCB nº 352/2023 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixa de ativo financeiro como

somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

- A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.
- Em novembro de 2024, o BACEN divulgou as instruções normativas nº 537 a 543, que definem as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, a ÓTIMO adaptou seu plano de contas contábeis interno, de modo a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas divulgadas por tais instruções.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis foram:

- a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** são representados por disponibilidades em moeda nacional, com o objetivo de gerenciar os compromissos de curto prazo;
- b) Apuração do Resultado:** as receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.
- c) Instrumentos Financeiros:** todos os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Ótimo se torna parte interessada na relação contratual do instrumento.

A Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, a Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, e demais normativos vinculados estabeleceram os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros pelas instituições financeiras, a partir de 1º de janeiro de 2025.

Classificação de ativos financeiros:

A ÓTIMO classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo através de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo através do resultado.

– **Custo amortizado:** é o valor pelo qual o ativo financeiro é mensurado em seu reconhecimento inicial, considerando: (i) o objetivo do modelo de negócios é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; (ii) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas; (iii) as receitas são reconhecidas no resultado utilizando-se o método de juros efetivos;

– **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através de outros resultados abrangentes se atender às seguintes condições: (i) gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e (ii) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas. (iii) Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes.

– **Valor justo por meio do resultado:** é uma forma de mensuração do valor justo dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo, baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem captura de preços médios praticados no mercado aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

d) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: a Ótimo utiliza a metodologia simplificada para a apuração de provisões para perdas esperadas. Esta abordagem permite uma avaliação menos complexa das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o porte e a capacidade operacional da instituição.

O Banco Central do Brasil emitiu regras específicas para o modelo simplificado de apuração de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, que estabelecem os conceitos e os critérios contábeis para a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, para a caracterização de ativo com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) e de ativos reestruturados.

Para o cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o modelo simplificado prevê os seguintes componentes:

Provisão para Perdas Incorridas – Ativos Inadimplidos

O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o número de meses de atraso a partir da data do inadimplemento e a classificação da carteira (C1 – C5). O nível de provisão aumenta à medida que o atraso aumenta. A provisão para perdas incorridas é estimada considerando: (a) ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), com base na carteira e no atraso no cumprimento do pagamento de principal e juros pela contraparte; e (b) no caso de ativos financeiros cuja contraparte seja pessoa jurídica em processo falimentar, a provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito corresponde, a partir da data da decretação da falência, a 100% do valor contábil bruto do ativo.

Provisão Adicional

Conforme a regulamentação vigente, a Ótimo constitui (quando houver) a provisão adicional, com percentuais que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), a classificação de carteira (C1 – C5) e a caracterização de ativo problemático.

Provisão para Perda Esperada

O cálculo de provisão de perda esperada é realizado através de modelo próprio da instituição, tomando como base o histórico de pagamentos e segmentação de clientes. O montante total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito corresponde, no máximo, a 100% do valor contábil bruto da operação e considera o maior valor entre (i) a soma da perda incorrida e da provisão adicional; e (ii) o valor da perda esperada.

A avaliação da perda esperada é de responsabilidade da Ótimo, detentora do instrumento, e é realizada com base em critérios consistentes e verificáveis, utilizando informações internas e externas. A Ótimo não reconhece, no resultado do período, receita de juros ou de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

e) Passivos Financeiros: são inicialmente reconhecidos pelo seu custo amortizado, exceto aqueles objetos de hedge de risco de mercado, que são avaliados por seu valor justo por meio do resultado.

f) Passivos Contingentes: são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recurso para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os passivos classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação, nos termos da Resolução CMN nº 3.823/09.

g) Provisão para o Imposto de Renda e CSLL: a provisão para o Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, e a provisão da Contribuição Social é calculada sobre o lucro à alíquota de 9%.

h) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2026.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa a curto prazo e não para investimentos e outros fins.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	167	43
Aplicações Interfinanceiras	230	179
Total	397	222

(*) As Aplicações Interfinanceiras são aplicações que apresentam características de alta liquidez e baixo risco de mudança de valor. Essas aplicações são compostas por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos – LFT.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis, e estão classificados na categoria Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada no Patrimônio Líquido.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	30/06/2026	31/12/2025
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.425	4.642
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.164	1.178
Total	7.589	5.820

6. DEPÓSITOS – Contas de Pagamento Pré-Paga

O saldo de emissão de moeda eletrônica:

DEPÓSITOS	30/06/2026	31/12/2025
Saldo de Livre Movimentação	113	160
Total	113	160

7. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES

Os saldos são compostos de provisões de impostos a recolher, conforme relacionados:

OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES	30/06/2026	31/12/2025
Provisão P/ Impostos e Contribuições S/ Lucro	3	5
Impostos e Contribuições a Recolher	8	12
Total	11	17

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS

Os saldos são referentes a obrigações a serem pagas aos sócios, JCP:

OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS	30/06/2026	31/12/2025
Diversos	21	49
Total	21	49

9. CONTINGÊNCIA

Com base na avaliação da Administração, suportada pelas informações fornecidas pelos assessores jurídicos, em 30 de junho de 2026 não existiam processos com probabilidade de perda classificada como provável ou possível. Dessa forma, não houve constituição de provisões nem a necessidade de divulgação de passivos contingentes em notas explicativas, em conformidade com os critérios de reconhecimento e divulgação estabelecidos pela NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: o Capital Social é de R\$7.000 mil, representado por 70.000 ações ordinárias sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23/06/2026, os acionistas aprovaram o aumento do capital social de R\$5.000.000,00, dividido em 50.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, para R\$7.000.000,00, dividido em 70.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio: no primeiro semestre de 2026 houve distribuição de Juros do Capital Próprio no valor de R\$145 mil, e no primeiro semestre de 2025 houve distribuição de R\$100 mil; não houve distribuição de dividendos.

c) Reserva Legal: constituída nos termos da Lei nº 11.638/07 e do Estatuto Social, à alíquota de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do Capital Integralizado.

11. RENDAS DE TÍTULOS DE RENDA FIXA

DIVERSAS	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	359	245
Total	359	245

12. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

DIVERSAS	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de Operações de Crédito	-	41
Rendas de Aplicações Interfinanceiras	6	9
Rendas de Prestação de Serviços	-	38
Outras Receitas Operacionais	6	197
Total	12	285

13. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DIVERSAS	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de Comunicação	0	84
Despesas de Honorários	125	106
Despesas de Processamento de Dados	3	111
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	5	5
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	1	4
Outras Despesas Administrativas	24	26
Total	158	336

14. PARTES RELACIONADAS

Os membros da Diretoria são remunerados com valores compatíveis com a responsabilidade de cada um e coerentes com a complexidade das atividades realizadas, sem comprometer a geração de resultados e sua destinação.

15. GERENCIAMENTO DE RISCO

Adotamos Política de Gerenciamento de Riscos e de Capital integrada, com as diretrizes da matriz de gerenciamento de risco, do Conglomerado Prudencial CODEPE, do qual somos participantes, onde são contemplados os riscos quantitativos, com indicação de cenários e testes realizados.

A Política de Gerenciamento de Riscos e de Capital e Divulgação de Informações definiu os seguintes riscos:

a) Risco Operacional: a gestão de Risco Operacional é definida como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas ou inadequações de processos internos, sistemas, pessoas, ou eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma Instituição Financeira. A gestão também inclui o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado Prudencial.

b) Risco de Mercado: define-se o Risco de Mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Conglomerado Prudencial, que inclui o risco da variação:

- Das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e
- Cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação.

A carteira de negociação da Instituição deve ser formada pelos instrumentos, inclusive derivativos, detidos com intenção de negociação ou destinados a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitos à limitação da sua negociabilidade.

c) Risco de Liquidez: o Risco de Liquidez é definido pela possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantia, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e pela possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco de Crédito: entende-se por risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes de deterioração da

qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposição caracterizadas como ativos problemáticos.

16. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Em atendimento à Resolução 4.557/2017 do BACEN, o Conglomerado Prudencial adotou política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital do Conglomerado Prudencial de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes. A descrição da estrutura encontra-se disponível em nosso site.

17. OUVIDORIA

Nos termos da Resolução n. 4.860, de 23/10/2020, do Conselho Monetário Nacional, como participante do Conglomerado Prudencial CODEPE, instituímos componente organizacional único de Ouvidoria. O Diretor responsável pela Ouvidoria, bem como o Ouvidor, estão devidamente indicados no sistema UNICAD daquele órgão.

18. RESULTADO NÃO RECORRENTE

No primeiro semestre de 2026 e de 2025 não incorreu qualquer "Resultado não recorrente" que requeresse divulgação em separado em suas demonstrações financeiras.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em observância ao disposto na NBC TG 24 (R2), a Ótimo Sociedade de Crédito Direto S.A analisou os eventos subsequentes ocorridos entre 30 de junho de 2026 e 10 de agosto de 2026, data de conclusão da elaboração das demonstrações financeiras, não havendo a ocorrência de qualquer fato que possa requerer ajustes nos saldos apresentados nas demonstrações financeiras relativas à data-base de 30 de junho de 2026.

20. PRESSUPOSTO DE CONTINUIDADE

De acordo com a base contábil de continuidade operacional, as demonstrações contábeis da Ótimo Sociedade de Crédito Direto S.A são elaboradas com base no pressuposto de que a instituição está operando e continuará a operar em futuro previsível. Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a Ótimo Sociedade de Crédito Direto S.A continuar em operação.

Fernando Bastos de Aguiar
Diretor Presidente

Felisberto Lopes de Oliveira
Contador
CRC: 1SP153630/O-0

***ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO
DIRETO S.A***

***RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES***

Nº 241/2026

AB: 30/06/2026

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Administradores da
ÓTIMO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ÓTIMO Sociedade De Crédito Direto S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ÓTIMO Sociedade De Crédito Direto S/A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da ÓTIMO Sociedade De Crédito Direto S/A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

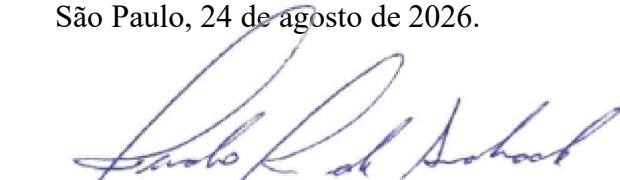
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

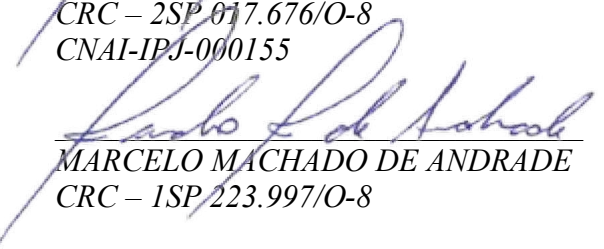
São Paulo, 24 de agosto de 2026.



SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES

CRC – 2SP.017.676/O-8

CNAI-IPJ-000155



MARCELO MACHADO DE ANDRADE

CRC – 1SP.223.997/O-8